



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
COORDENAÇÃO GERAL DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – PEE PR**

III Seminário de Consolidação: Audiência Pública: Relatório completo das discussões em plenária.

Encontro realizado em Curitiba, nos dias 31/11 e 1/12 de 2005.

Abreviaturas utilizadas nesta transcrição:

APMF: Associação de Pais, Professores e Funcionários
CE: Conselho Escolar
CEE: Conselho Estadual de Educação
CEEI: Coordenação de Educação Escolar Indígena
CNPJ: Cadastro Nacional Pessoa Jurídica
DEF: Departamento de Ensino Fundamental
DEP: Departamento de Ensino Profissional
EB: Educação Básica
EC: Educação do Campo
EE: Educação Especial
EEI: Educação Escolar Indígena.
EF: Ensino Fundamental
EI: Educação Infantil
EM: Ensino Médio
EP: Educação Profissional
ES: Educação Superior
EF: Ensino Fundamental
IES: Instituições Ensino Superior
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IESDE: Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino
INEP: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NEI: Núcleo de Estudos Indígenas
PC: Plano de Carreira
PDE: Plano de Desenvolvimento Educacional
PEE: Plano Estadual de Educação
PPP: Projeto Político-pedagógico
SEAP: Secretaria de Estado da Administração e Previdência
SEED: Secretaria de Estado da Educação
UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Educação do Campo

Destaques Gerais:

Antenor: Faz esclarecimentos sobre a construção das metas, as quais estão em grande número pois, durante as discussões em separado, não se sabia o que estava sendo consensuado em outros itens do Documento. O campo é uma temática relativamente nova nas discussões sobre Educação.

Cristina: Esclarecimento. Como se compreende e se situa legalmente a EC no universo da EB ?

Valtenor: Item 23 – Merenda; pede esclarecimento sobre convênio com pequenos produtores. Como seria essa aquisição e como garantir produtos orgânicos?

Yvelise: Diz que a EC, como Coordenação, é relativamente nova na SEED. Em termos legais não temos a EC como modalidade; é parte integrante da Educação Básica. Temos que respeitar as diferenças dos sujeitos educacionais, sem perder de vista a escola de qualidade para todos. Repetindo o que já foi acordado em seminários anteriores, todos os pontos da EC que forem gerais (formação continuada, infra-estrutura, materiais didáticos, bibliotecas, etc...) devem ser contemplados no capítulo da EB.

Lemos: a EC necessita de uma coordenação específica e não subordinada ao DEF. Lemos justifica seu argumento, afirmando que a EC não se refere somente ao EF, mas ao EM. É preciso universalizar a EB para o homem do campo. Não concorda que a EC deve assegurar formação específica, já que faz parte da EB e os professores que atuam no campo devem ser contratados por concurso público. Porém, a formação continuada deve levar em conta as peculiaridades do campo. Deve-se assegurar formação específica para esses educadores. Todos esses aspectos devem ser considerados na Resolução de Distribuição de Aulas (as vagas nas escolas do campo devem ser prioritárias para os que têm formação para trabalhar nessas escolas).

Marineusa: Retira.

Destaques meta a meta:

Meta 1

Iria: Pergunta razão de, em todas as metas, o prazo ser imediatamente após a aprovação do Plano.

Meta 2

Marciane: Unir metas 2 e 7. Ver diretrizes da EC.

Dilce: Conteúdo do campo não é diferenciado? Se não é modalidade, o que é a EC? Que tratamento pode-se dar à ela para garanti-la em suas especificidades e em sua dimensão geral?

Iria: Retira.

Dativa: Preocupação geral no Plano: adequação do conteúdo é questão da escola. Em nome da diversidade se nega a educação pública de qualidade social

para todos. As tomadas mais específicas cabem bem no âmbito de cada escola. A valorização das diferenças não leva à universalidade; não contribui para a democratização da escola.

Meta 3

Pedro: Acrescentar a palavra adquirir: construir e adquirir material...

Antenor: Junção das metas 3 e 4. Para Dativa esclarece que os sujeitos do campo merecem receber todos os conteúdos curriculares da EB, o que não impede o trabalho com conteúdos específicos. Trata-se de articular os temas e o tratamento peculiares aos gerais.

Siloé: Fala do Antenor: Escolas do Campo são tratadas como as demais. A população do campo não quer ser tratada de forma diferente. Não querem, por exemplo, apenas cursos de agricultura, querem EM. A universalização da EC é um objetivo a ser perseguido.

Iria: Retira.

Wagner: Em parte contemplado pelo Antenor. Materiais que contemplem a linguagem do campo... O livro didático tem que contemplar as especificidades e articulá-las com os conteúdos gerais. A EC não é uma modalidade, ainda. Os movimentos sociais defendem que deva ser. Entende-se que o tratamento da EC como modalidade é importante e que há necessidade de se trabalhar a transformação da realidade do campo. Dar visibilidade a EC é fundamental.

Meta 4

Iria: Retira.

Sandra: A EC não é modalidade; permeia todas as modalidades. Não deve haver separação entre educação urbana e educação rural, porém a EC deve ser garantida. Metas 3 e 4: produção de livro didático é política da SEED, são ações e não metas. Cabe colocar observação no corpo do texto sobre as características do material produzido para todos os níveis e modalidades. Metas 3 e 4 devem ser suprimidas.

Siloé: Retira.

Meta 5

Iria: Retira.

Yvelise: Questão da especificidade. Acoplar metas 5,6 e 8. Todas tratam de currículo. Garantir tratamento curricular diferenciado no PPP e a consulta à comunidade; no mais, são princípios. A questão do material didático (o campo pode ter material diferenciado ou não): importante é garantir o acesso a todos ao conhecimento.

Antenor: Meta 5 pode ser retomada e migrada para item “ações”. Não concorda com Sandra: metas 3 e 4 podem ser acopladas e manterem-se como metas.

Meta 6

Iria: Retira-se de todas as metas que havia se inscrito.

Antenor: Mudança de redação. Já existe legislação nacional para a EC. Diz que o CEE do Mato Grosso do Sul repensou as diretrizes nacionais. Propõe que o CEE do PR discuta a proposta de EC. Vai encaminhar proposta de redação.

Meta 7

Marciane: Propõe junção da 2 com a 7. Vai encaminhar proposta.

Meta 8

Jefferson: Proposta de adição do termo agroecológico. Vai encaminhar proposta.

Yvelise: Propõe junção das metas 5,6 e 8.

Meta 9

Jefferson: Alterar meta. Vai encaminhar proposta.

Meta 10

Sandra: O custo-aluno tem que ser diferenciado. Meta deve migrar para item Financiamento.

Antenor: Concorda com Sandra.

Meta 11

Sandra: É geral.

Meta 12

Sandra: Também deve migrar para item financiamento.

Antenor: Retirar as esferas que não são competência do Estado.

Meta 13

Yvelise: A idéia é de lotação do professor na escola, em toda a Rede. Garantir local de trabalho permanente, não como meta da EC mas, como política de Recursos Humanos.

Meta 15

Antenor: Remeter para o DEP.

Mesa: Remeter ao DEP?

Antenor: Queria dizer ao capítulo da EP.

Sandra: Contemplada.

Meta 16

Antenor: Remeter à ES.

Sandra: Contemplada.

Valtenor: Vê relação da 16 com a 30. Já que as universidades são referenciais importantes, as metas são tímidas. Ousar mais: fazer parcerias e convênios e fazer com que se efetivem.

Meta 17

Siloé: Cumprir a lei. O professor deve ser habilitado na forma da lei e depois ter garantida a formação continuada. Garantir a formação superior e não promover formação para não habilitados.

Antenor: Contemplado.

Meta 18

Tais: Promover concurso específico para EC – Retirar.

Meta 19

Remeter à ES.

Meta 20

Antenor: Assegurar que todo programa destinado às questões ligadas ao campo estejam em consonância com os princípios da SEED.

Sandra: Suprimir. Já está sendo implementada.

Meta 22

Siloé: Junção da 22 com a 26. Pensar nessa uma hora. A alimentação está bem estruturada; há casos em que necessita-se coordenar os horários dos ônibus para atender mais alunos. Eles gostam de andar de ônibus; uns ficam bem mais que uma hora. Além disso o transporte escolar não pode acontecer de madrugada. (Mesa pede sugestão de redação).

Antenor: Discorda de Siloé. Deve-se manter a redação e repetir o princípio, durante todo o ano letivo.

Meta 23

Sandra: Esclarecimento : não existe convênio para merenda. Há compras centralizadas e verbas para o fundo rotativo e também um programa específico. Quanto ao transporte, o convênio também é inviável. No item transporte, acrescentar que ele seja de qualidade e transpor a meta para o capítulo geral.

Siloé: O fundo rotativo e o Escola Cidadã já se responsabilizam por esses pontos. Retirar.

Jefferson: Trocar convênio por programa e ampliar para todas as escolas. Vai apresentar proposta de redação.

Meta 25

Dilce: Preocupação com a redação. Sugere supressão da expressão “de acordo com a demanda local”.

Siloé: Conconda com Dilce. Destaca que cursos profissionalizantes e subsequentes já estão sendo implementados.

Sandra: Concorda. Mérito já presente na EP. Demais temas da meta são relativas à financiamento (política de longo prazo).

Meta 26

Yvelise: Meta inviável, a escola deve ser no campo e não próxima à residência do aluno. Redação deve ser alterada.

Edilson: Chama a atenção para a nuclearização. Envolver os sujeitos da comunidade; garantir a participação dos interessados nas decisões.

Meta 27

Antenor: Unir metas 26 e 27. Nova redação. Vai encaminhar proposta.

Edilson: Contemplado.

Meta 28

Yvelise: Retirar palavra “diferenciados”. Os critérios já diferenciam.

Antenor: Concorda com nova redação mas, pondera que o número de alunos deve ser diferenciado, em se tratando da EC.

Meta 31

Jefferson: Mudança de redação. “Promover diagnósticos periódicos,,,” Vai encaminhar proposta.

Sandra: Suprimir metas 30, 31 e 32. Nova redação. Encaminhará proposta. ES já trata do assunto.

Meta 32

Siloé: Contemplada.

Meta 33

Antenor: CEE deve ter representante da EC. Reivindicação dos movimentos sociais.

Dativa: Remeter o assunto para discussão no item Gestão. Os critérios de escolha dos Conselheiros não são da competência do PEE.

Yvelise: Evitar repetições. Agregar todos os itens relativos à gestão. Dependem de discussão do Sistema.

Meta 35

Dativa: Esta meta e a anterior, 34 referem-se, mais uma vez, à competências do Estado e dos Municípios. Não se pode garantir algo relativamente aos Sistemas Municipais.

Meta 36

Siloé: Garantir que os Sistemas Municipais façam, não se pode mas, incentivar, sim.

Antenor: Concorda com Siloé. Acha possível organizar uma única meta contemplando os tópicos das últimas metas apresentadas.

Novos destaques:

Mesa: Lembra que houve descenso em relação aos prazos. Alerta para a natureza do PEE: é um instrumento de planejamento; deve ter prioridades e progressividades.

Yvelise: Sobre os prazos: Estipular prazos em todas as metas mas, antes, revê-los. “Imediatamente” em todas as metas, tal como está, é inviável. Sobre a Coordenação de EC: Lembra que o Paraná foi o primeiro a criar e garantir a Coordenação de EC, em 2003. Esta Coordenação está vinculada ao DEF por razões circunstanciais (menciona problemas anteriores, quando a Coordenação funcionava em separado), o que não impede a compreensão por parte da SEED

que a EC esteja presente também no EM. Estamos organizando uma proposta de alteração das Coordenações, hoje concentradas no DEF.

Cristina: Qual a compreensão sobre a EC, já que não é modalidade?

Antenor: A escola do campo não é determinada geograficamente mas, sim pelo seu público. Consideramos as escolas do campo pela vinculação com o campo, o que vai muito além da vinculação com o espaço agrícola. Meta 6 não pode ser acoplada com várias outras, como foi sugerido, a não ser com a 8. Sobre meta 17, informa que há muitos educadores em serviço sem formação, atuando de 1ª a 4ª séries, e que a SEED e o Sistema Público de Educação devem se preocupar com a formação destes professores, ofertando, inclusive, cursos em horários alternativos, embora o ideal seria que todos tivessem a formação universitária. Quanto a Coordenação de EC: Há uma diferença entre política de governo e política pública; a institucionalização da Coordenação de EC é uma política pública.

Fátima: Esclarecimento meta 17. Garantir a formação continuada nos moldes da escola itinerante. As orientações partem dos próprios sujeitos (nos acampanhamentos): há uma elaboração conjunta entre DEF e DEP, a fim de definir moldes da formação em serviço dos professores itinerantes. Quanto à Coordenação de EC, embora esteja, atualmente, sediada no DEF, permeia demais equipes, garantindo a discussão da EC em todos os níveis e modalidades.

Siloé: Não estava presente.

Sandra: Reiterou parte da fala do Antenor sobre meta 17. Acha possível unir 15 e 17 numa única redação.

Destaques apresentados por escrito:

Meta 2 : Nova redação – juntar metas 2 e 7.

Redação para a meta 2: Organizar a escola de acordo com a realidade do campo; flexível às suas demandas, adequando seu calendário escolar, conteúdos curriculares, metodologias, materiais didático-pedagógicos e novas modalidades de educação, cumprindo os artigos 23 e 28 da LDB 9394/96, o art. 7 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no prazo de 5 anos.

Marciane.

Metas 3 e 4

Juntar.

Meta 3: Construir materiais didático-pedagógicos, considerando as especificidades da Educação do Campo, incluindo esta temática no processo de construção do livro didático público organizado pela SEED, no prazo de 2 anos.

Antenor – antenorlima@pr.gov.br

Meta 6 - Nova redação

O Conselho Estadual de Educação deve definir a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação das Escolas do Campo, princípios referenciais para a Educação do Campo no Paraná, ouvindo a SEED/ Coordenação da Educação do Campo, movimentos sociais, no prazo de 1 ano.

Antenor – antenorlima@pr.gov.br

Meta 8

Adicionar “com base em práticas agroecológicas” após a palavra “vida”.
Jefferson de Oliveira Salles.

Meta 9

Adicionar após a palavra “implantação” a palavra “ampliação” gradativa da Escola Itinerante até que todas as populações em situação de itinerância sejam atendidas.
Jefferson de Oliveira Salles.

Metas 16 e 30 – Nova redação.

Constituir convênios e parcerias com as Universidades e Movimentos Sociais no sentido do que as duas metas propõem, unindo as duas metas em uma só.
Valtenor Hang – valtenorhang@hotmail.com

Meta 18

Suprimir.
José Rodrigues Lemos – app@app.com.br

Meta 20

Assegurar que todo programa destinado às escolas referente à questões ligadas ao campo, antes de sua implantação, estejam em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo princípios referenciais assumidos pela SEED.
Antenor – antenorlima@pr.gov.br

Meta 23 – Mudança na redação

Nova redação: “Garantir merenda escolar em quantidade e qualidade suficientes, viabilizando a expansão e ampliação de programas de aquisição de produtos agroecológicos de pequenos produtores da região.”
Jefferson de Oliveira Salles.

Meta 26 – Nova redação.

Viabilizar nas escolas do campo, próximas à residência dos alunos, conforme art. 53, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 anos, na necessidade de nuclearização, nuclear no próprio campo, com discussão pela SEED, Conselho Estadual de Educação, representantes dos Movimentos Sociais e comunidades interessadas.
Antenor.

Metas 30, 31 e 32 – Supressão e substituição.

Que a SEED mantenha dados atualizados sobre a Educação do Campo para serem publicizados e subsidiarem a elaboração de políticas públicas educacionais.
Sandra Regina de Oliveira Garcia – sgarcia@pr.gov.br

Meta 31 – Nova redação.

“ A SEED deve promover diagnósticos periódicos para identificar a população do campo e as suas condições de acesso à educação a cada 02 anos.”

Jefferson de Oliveira Salles,

Meta 37 – Nova Meta.

Institucionalizar a Coordenação de Educação do Campo na SEED, dando-lhe um caráter de Departamento que garanta a inter-relação com todos os níveis e modalidades de ensino, vinculada diretamente à Superintendência de Educação.

José Rodrigues Lemos – app@app.com.br

Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação

Destaques Gerais:

Lemos: Funcionários de escola não estão bem tratados no PEE. Tratamento dos trabalhadores em educação deve incluir funcionários. Há itens que precisam ser completados. Quando se fala em valorização, deve-se tratá-la como um todo, envolvendo todos os trabalhadores em educação. Consultar o Plano de Carreira. Há itens que devem migrar para o item financiamento. Trazer para cá [item Formação e Valorização], o que já foi discutido anteriormente: hora-atividade, carreira, etc.

Marina: Em parte contemplada por Lemos. Garantir aprofundamento dos estudos e pesquisas.

Marlei: Contemplar todos os educadores, incluindo carreira. Garantir política de reposição salarial, a cada ano a reposição deve ser adequada às perdas acumuladas. A formação também deve contemplar professores e funcionários. Incluir meta que garanta a profissionalização dos funcionários. Pensar na reorganização administrativa: rever atual determinação sobre o porte das escolas, pois esta política interfere no tema da valorização e da formação dos educadores, devido ao número de profissionais.

Destaques meta a meta:

Meta 1

Lemos: Trocar “exigido” por “permitido”.

Marlei: Destaque é o mesmo.

Meta 2

Yvelise: Retirar o ensino médio regular. Meta é de formação de professores num patamar de ES. Inserir tempo para que a formação em nível superior seja atingida.

Marlei: Concorda; propõe que se desmembre a meta, remetendo, da forma adequada, discussão para o ES.

Edilson: Retira.

Iria: Retira.

Lemos: Em se tratando de professor do EM regular, trocar por “magistério”.

Meta 3

Lemos: Meta muito importante: crescer com a expressão “imediatamente”. A meta deve ser cumprida em curto prazo. O Paraná tem uma defasagem de salário para carreiras de nível superior em relação à outros Estados.

Meta 4

Marlei: Pede para que se especifique quais são “ demais cargos de apoio administrativo” ou que se substitua o texto para “todos os trabalhadores em educação”. (Mesa pede proposta).

Meta 5

Yvelise: Retira.

Lemos: Relacionar com PC. Inserir meta 13. Regulamentar por meio de Resolução; assegurar que não haja prejuízo funcional quando o profissional se afasta para fazer cursos.

Salete: Regulamentação no PEE deve ficar clara. Os professores fazem cursos e, muitas das vezes, não retornam para trabalhar no Estado. Não deve haver privilégio.

Meta 6

Yvelise: Formação continuada deve ser garantida para todos, independente de ser ou não na Rede Estadual. Também não é real propor-se que apenas as IES públicas possam fazer a formação.

Marlei: Há que se clarear o conceito de formação continuada na forma pública, para os professores que atuam no Sistema Público. Para não haver possibilidade de interpretação que o Estado deva garantir recursos para a Rede Particular.

Yvelise: Lembra que o PEE não deve abranger apenas o Sistema Público. Estimular a formação continuada de todos os professores; a qualidade do ensino na rede particular também faz parte das preocupações do PEE.

Meta 7

Iria: Retirar “preferencialmente” e incluir “dentro das 800 horas”. O professor deve ser formado no local de trabalho.

Yvelise: A formação deve se dar “na própria escola onde o professor atua”... É limitante e inviável. Quanto aos 800 dias, temos que respeitar: é Lei e, mais, trata-se de uma conquista social.

Meta 8

Marlei: Projetos: experiências difíceis com projetos ao longo da história da Rede. O PDE, por exemplo. Defendemos acesso universal ao nível 3.

Yvelise: Não vincular desenvolvimento de projetos às políticas de governo. Suprimir meta.

Meta 9

Lemos: Mérito é importante. Deveria tratar do desenvolvimento da carreira. As alterações atuais dificultam a progressão. Hoje para assegurar o avanço de duas classes, deve-se ter, pelo menos, 200 horas de cursos. Resolução publicada dificulta os avanços; “nos mata”. O nosso salário em final de carreira, corresponde ao salário inicial de outras carreiras do Estado. Propostas: rever a Resolução para dar mais chances de ascensão na carreira; abrir amplo debate em relação ao PDE.

Marlei: Retira.

Luzia: Meta confunde avaliação institucional com avaliação profissional: os termos estão sendo usados de forma inadequada.

Meta 10

Cristina: Retirar meta. É lei.

Meta 11

Edilson: Prever a liberação e não definir cargos. Esta meta parece autoritarismo do Executivo.

Mesa: Lembra que a meta não foi concebida pelo Executivo. Além disso, embora tenha problemas, peca por ingenuidade (o PEE não pode legislar sobre o que já é estabelecido), pois demonstra a intenção de liberar os dirigentes e não de limitar sua atuação.

Yvelise: Liberação sindical já é posta em Lei. Não pertence ao âmbito do PEE. Caso se mantenha a meta, que seja só no mérito.

Meta 12

Yvelise: Devemos garantir o acesso à escola pública e não bolsa-auxílio; proposta da educação infantil ainda não está garantida.

Lemos: Reforça a garantia de acesso à escola pública. Propõe duas novas metas, 13 (referente ao padrão de 40 horas) e 14 (referente ao desenvolvimento na carreira). Encaminhará proposta.

Outros destaques:

Marlei: Incluir no início do texto definição de quem são os trabalhadores em educação (proposta do Fórum). Incluir princípios sobre política salarial, além do piso, que já está mencionado. Encaminhará proposta por escrito. Definir melhor quais são os eixos da proposta de formação inicial e continuada, devem ser definidos separadamente. Contemplar a formação para os funcionários: estabelecer proposta de profissionalização.

Lemos: Tratamento dado ao professor readaptado (Resolução conjunta SEAP/SEED). Considerar seus direitos, como educadores, para efeitos da aposentadoria.

Dativa: Cursos à distância crescem de forma acelerada (cita exemplo do IESDE). É necessário o controle e fiscalização do Estado para essas formas de “formação”. Não podemos, também, esquecer do mal uso do dinheiro público ao longo do Governo Lerner, a exemplo do que aconteceu em Faxinal do Céu. Quanto aos atuais diretores, necessitam de uma re-formação. Está, ainda, fortemente presente a marca dos muitos anos de tratamento equivocado à gestão da escola. É preciso conhecer bem o que se passou e avaliar suas influências nos atuais gestores. Sugere a dissertação da Professora Lize Helena Ferreira para subsidiar essas reflexões.

Yvelise: A formação inicial que temos hoje é precária. E preciso ter uma meta forte nesse sentido. Não concorda com Lemos no que se refere à exclusividade das IEES, pois estas não dão conta de toda a Rede; há instituições particulares sérias que fazem bons trabalhos e merecem ser reconhecidas.

Tais: Enquadramento precisa ser revisto. Criar meta nesse sentido.

Yvelise: Não se deve considerar a formação continuada dentro dos 800 dias letivos.

Lenoar: Excluir a formação continuada “unicamente” na escola, tal como foi proposto em plenária.

Iria: Usar a hora-atividade para a formação continuada.

Destaques apresentados por escrito:

Meta 11

Garantir apenas que sejam liberados todos os dirigentes sindicais. Garante-se o princípio e não especifica quantidade e cargos a serem liberados (Isso seria intervenção do Estado no Sindicato). Se faz necessário lei específica que trate do assunto.

Edilson Aparecido de Paula – edilsondepaula@hotmail.com

Meta: Nova

Assegurar a continuidade (fixação ou lotação) dos trabalhadores de Educação que atuam nos CAPSs e Centrais de Produção Braille nos cargos de Auxiliar Administrativo, por se tratar de um trabalho específico e, portanto, faz-se necessário capacitação: conhecimento do Sistema Braille, normas técnicas para essa produção, domínio de Simbologia Matemática e Química, Programas de Softwares específicos...

- Informamos que os atuais funcionários já passaram por essa capacitação pelo MEC.

Maria Angela B. Sierre – mabs4.6@wnet.br eap_maringe@pr.gob.br

Nota: As contribuições do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública para o tema “Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação” estão sendo sistematizadas no âmbito da entidade e, segundo Coordenadora, Marlei Fernandes, serão encaminhadas à Coordenação Geral do PEE.

Gestão Democrática do Sistema Estadual de Ensino

Destaques gerais:

Dativa: Objetivos e metas estão muito genéricos. É necessário compromisso público claro. Não se fala, por exemplo, dos CEs, não se é explícito quanto ao papel das APMFs e nem se dá indicações de “como” se pretende democratizar a gestão da escola.

Marlei: Mesmo encaminhamento de Dativa. O papel do CE e gerenciamento das APMFs nas escolas. É preciso discutir a “dependência” gerencial da escola em relação a esse órgão (APMF). Por que utiliza CNPJ? É o CE que deveria assumir papel de deliberação e fiscalização. Quanto aos princípios de gestão: Onde estão? É preciso deixar os princípios claros.

Destaques meta a meta:

Meta 1

Yvelise: Esclarece à plenária sobre os encaminhamentos dados pela SEED em relação à Lei do Sistema. Informa que a minuta, que será a base para as discussões da Lei estava quase concluída, quando se deu a mudança legal referente ao Ensino Fundamental de 9 anos. A SEED resolveu, então, retomar pontos da minuta, trabalho que já está quase pronto. Yvelise disse que, no máximo, em duas semanas, a minuta deve ser encaminhada às entidades que participarão das discussões. Dada essa ação, as metas 1 e 2 são desnecessárias.

Meta 3

Dativa: Meta diz mas, não diz concretamente. Explicitar a formação de colegiados. Critérios assegurados para a escolha democrática das chefias dos NREs e dos diretores de escola.

Meta 5

Lenoar: Meta deve ser revisada; a “legislação em vigor” deve ser referenciada e explicitada.

Yvelise: A legislação para cada eleição é inviável. No PEE, assegurar a eleição direta (retirar legislação em vigor). Descrever os princípios eleitorais.

Marlei: Assegurar princípios democráticos, os quais devem ser explicitados no PEE. Eleição direta, respeitando a comunidade...

Meta 6

Valtenor: Curto prazo; substituir por imediatamente. Exemplo: professores que trabalham em duas redes têm dificuldades com os calendários. Que processos são esses? Especificar. Como se pode efetivar a colaboração, respeitando a autonomia, com o objetivo de garantir gestões democráticas para todas as instâncias, independente da rede, ou seja sem perder a perspectiva geral ?

Dativa: Definição precisa do que é responsabilidade de cada um pelo regime de colaboração. Há necessidade de defini-lo. Sugestão: que se mantenha meta nesse sentido com o objetivo de resguardar a gestão democrática, desde que adequada a redação.

Meta 7

Yvelise: Programa já implantado. Necessidade de garantir sua continuidade e aperfeiçoamento.

Meta 9

Dativa: Da forma como está, a meta é um “horror”. Não dá a idéia de gestão democrática. O importante é o processo pedagógico e não o controle de “informações”.

Yvelise: Ausente da plenária no momento. Mesa retornará chamada.

Lice: A meta deve ser reescrita, embora a intenção não pareça ser no sentido de estabelecer mecanismos de coerção. Um bom sistema de informações deve contribuir para a melhoria e efetivação da gestão democrática, tendo como eixo fundamental o trabalho pedagógico.

Adelaide: Gestão educacional; trocar por gestão escolar. Unir metas 9 e 10.

Meta 10

Edilson: Estas formas já existem. Acrescer participação dos sujeitos, do CE, das associações de moradores, etc. Divulgação plena dos dados. Internet é um bom canal.

Meta 11

Dativa: O que a meta chama de gestores escolares? São os diretores? É preciso deixar claro.

Yvelise: O Programa já foi implantado. Prever continuidade. Tentar unir meta 11 com a 9, adequando esta última, isto é, reforçando o caráter da gestão pedagógica.

Meta 12

Marlei: Cuidado com a expressão “alternativas inovadoras”. Explicitar o que se quer, sempre no sentido da democratização da gestão e da valorização da forma pública.

Meta 13

Lemos: Precisamos trabalhar com todos os números; não basta, apenas, definir máximo de alunos por turma; é preciso assegurar metragem adequada das salas. As metas nesse sentido podem ter uma previsão de progressividade. É preciso chegar a um consenso.

Marina: A quantidade de alunos e a especificidade do EM deve ser considerada.

Outros destaques:

Marlei: Propostas de inclusão. Composição do CEE; consolidação dos fóruns municipais e estadual de educação, para avaliação e implementação de políticas para a educação; fortalecimento dos CE, com garantia de escolha democrática de seus integrantes; instituição de conferências estaduais de educação; revisão dos regimentos escolares; progressiva substituição das atribuições das APMFs pelos

CE, com revisão do estatuto jurídico (Associação de Pais e Mães). Vai encaminhar propostas por escrito.

Lenoar: A avaliação institucional ainda não ocorreu nas escolas, portanto não se pode dizer que está implantada.

Fátima: Esclarecimento. É preciso discutir o número de alunos também para a Rede Municipal. Existe uma deliberação do CEE para a Educação Infantil: prevê a redução gradativa até atingir 20 alunos, no máximo. Deve-se garantir o número máximo nas redes estadual e municipais.

Mônica: Alguns diretores já se sentem donos das escolas. É preciso fazer algo a respeito disso. É preciso, também, rever os portes das escolas.

Edna: Incluir meta após 13ª. Alunos inclusos devem contar com profissionais capacitados para atendê-los e as classes devem ter número menor de alunos e contar com os materiais de apoio necessários.

Denise: Proposta de número máximo de alunos: 25 para o EF, séries iniciais; 30 para 5ª a 8ª séries e 35 para EM.

Mesa: Lembra que a proposta detalhada da APP e Fórum já se encontra no relatório do II Seminário. Esta é também a proposta da meta 13.

Sandra: Pede esclarecimento a Marlei sobre sugestão de mudar APMFs para Associação de Pais e Mães.

Marlei: Esclarece que não se trata de exclusão de segmentos. A APM deve ser um órgão representativo dos pais e mães de alunos. Entende-se que professores, funcionários estão representados no CE, desde que este seja, tal como o Fórum defende, democraticamente constituído e operante.

Dativa: Reiterou a retomada da função da APM numa perspectiva do acompanhamento pedagógico da escola, cabendo ao CE, o papel de deliberação, posto que deveria ser órgão máximo de decisão das escolas.

Destaques apresentados por escrito:

Meta 3

Criar, no âmbito da SEED e dos Núcleos Regionais de Educação, mecanismos de gestão colegiada, de forma a ampliar as decisões na direção democrática.

Quanto à democratização dos Núcleos, verificar item 12; Documento do Fórum: Gestão Democrática.

Maria Dativa de Salles Gonçalves – dativa@onda.com.br

Meta 5

Na resolução ?

No ano do processo de escolha de diretor, constar no calendário escolar, visto que há uma dificuldade enorme em administrar o colégio em virtude do afastamento dos professores.

(Sem identificação)

Meta 10

Formas de gestão: Criação de mecanismos de fiscalização: Conselhos Municipais, Audiências Públicas, Orçamento Participativo, planejamento estratégico constituintes e estatuintes escolares (conselhos escolares, conselhos do FUNDEF,

FUNDEB). Disponibilização de dados e números sobre a Educação na internet e outros veículos de comunicação.
Edilson de Paula – edilsondepaula@hotmail.com

Educação Escolar Indígena

Destaques gerais:

Cristina: No Estado do Paraná há 28 escolas indígenas, sendo 25 com administração municipal e 3 estadual. Através de visitas às comunidades indígenas (2003 a 2005) obteve-se as informações e anseios apresentadas em relação à Educação Escolar Indígena; solicita inclusão de metas.

Sandra: Construção e ampliação não constam no orçamento. Verificar orçamento/ financiamento.

Wagner: A definição e o reconhecimento da Escola Indígena acontece quando tem professor bilingüe habilitado; concurso público...

Dativa: solicita esclarecimento quanto a estrutura da CEEI.

Destaques meta a meta:

Meta 1

Rita: Retirar Coordenação MEC, pois a EEI é responsabilidade do Estado e Municípios. Redação “Regulamentar a categoria de Escola Indígena, fixando as atribuições do Estado e dos Municípios, de forma a assegurar a especificidade do ensino intercultural e bilíngüe, até o ano de 2006.

Wagner: Caciques e professores indígenas querem saber de quem é a competência – regime de colaboração; sugere que seja suprimido o texto, pois a responsabilidade é do Estado.

Meta 2

Ines: Nova redação (encaminhada à mesa): currículo, grade curricular e calendário.

Marlei: Recursos financeiros públicos, acrescentar a autonomia; controle social através do Conselho Escolar

Terezinha: Autonomia / PPP nas escolas indígenas → queda na qualidade (autonomia na produção do PPP por professores índios)

Wagner: Suprimir *utilização de recursos financeiros* (encaminha por escrito).

Lucia: inserir (encaminha por escrito).

Valtenor: Não há autonomia, tudo existe somente devido a intervenção do poder público.

Meta 3

Raquel: Alterar redação: “Garantir a atuação **de professores indígenas bilíngües** na escola, desenvolvendo processos de formação **que atendam** as especificidades lingüísticas e étnicas, **bem como seu acompanhamento pedagógico na escola**”.

Meta 4

Wagner: Suprimir *continuada* e inserir *habilitação*.

Dilce: Acrescentar para professores que atendem alunos em escolas não indígenas, em medida de urgência, logo após a aprovação do Plano.

Cristiane: Inserção de redação: “Garantir a formação **inicial** e continuada para professores que atuam em escolas indígenas de forma a atender a resolução CNE/CEB 003/99, em um período máximo de 07 anos”.

Meta 5

Lucia: Retirar *auxiliar administrativo e serviços gerais* passando para a meta 13; retirar / *respeitando suas especificidades étnico-culturais*; acrescentar *num período máximo de três anos*. Fica com a seguinte redação: “Garantir a realização de concurso público para professores indígenas bilíngües habilitados, **num período máximo de 03 anos**”.

Wagner: Acrescentar *das escolas indígenas*. Concorda com Lúcia.

Meta 6

Gilce: Acrescentar *currículo e matriz curricular*

lozodara: Mudança na redação: “Implementar, gradativamente, no prazo de 10 anos a Educação Básica, nas escolas indígenas, com calendário específico, ensino **intercultural** e bilíngüe”. Retira *e estrutura adequada*.

Wagner: Pede esclarecimento sobre EI e EM.

Meta 8

Dativa: O que é um equipamento pedagógico que respeite os aspectos culturais?

Ines: Nova redação encaminhada por escrito

Meta 9

Inês: Propõe juntar as metas 9, 10 e 11.

Wagner: Acrescentar *...de cada comunidade*.

Meta 10

Tais: Currículo; o que é específico e o que não é específico.

Raquel: Inserir redação: “Incluir conteúdos referentes à história e cultura indígena no âmbito de todo o currículo escolar, **logo após a aprovação do Plano**”.

Valtenor: Dívida histórica.

Meta 11

Rita: Inserir redação: “Garantir discussão e inserção da história e cultura indígena no processo de (re)formulação do currículo junto aos professores indígenas, **logo após a aprovação do Plano**, de maneira que esses saberes retornem na forma de benefício para as comunidades”.

Berenice: Pede esclarecimentos *geral/específico*.

Meta 12

Cristiane: Inserir redação: “Identificar as necessidades de construção e ampliação de escolas **que atendam as especificidades étnico - culturais** garantindo que, no máximo, cada sala trabalhe com 20 alunos.

Meta 13

Lúcia: Acrescentar redação (da meta 5) “Contratar pessoas para cada função específica (**auxiliar administrativo**, serviços gerais, merendeira) da própria comunidade mediante concurso adequado às suas peculiaridades étnico-culturais e **lingüísticas**”.

Wagner: Propõe junção das metas 5 e 13.

Meta 14

Iozodara: Alteração no texto: “Implantar sala de apoio **para alunos indígenas (desde que haja necessidade), com professor bilingüe, de acordo com a etnia**, respeitando as diferenças de momentos e de tempos de inserção das crianças, jovens ou adultos na escolarização formal, conforme as características de cada grupo, **logo após a aprovação do Plano**”.

Walter: Pede esclarecimentos. A sala de apoio depende da meta e política lingüística.

Selma: Acrescentar sala de recurso.

Meta 15

Cristina: Suprimir **da Educação Indígena**, alterando a redação “Identificar as necessidades em termos de Educação Profissional, desenvolver programas para esta modalidade de ensino implementando cursos adequados às demandas das comunidades indígenas, visando promover sua auto-sustentação bem como a preservação de seu meio-ambiente”.

Meta 16

Wagner: Habilitação com licenciatura e outros → ampliação; cursos específicos com garantia do bilingüismo

Cristina: “Garantir habilitação de professores indígenas **bilingües** em licenciaturas, em **licenciaturas** entre SEED/SETI e instituições públicas de ensino superior, contemplando os princípios da interculturalidade e bilingüismo no prazo de 06 anos”.

Outros destaques e esclarecimentos:

Cristina: Inserção de duas metas.

Meta 18:

Garantir o atendimento aos indígenas com necessidades educativas especiais, logo após a aprovação do Plano.

Meta 19:

Propiciar discussão, elaboração e desenvolvimento de Política Lingüística voltada para as escolas indígenas num regime de colaboração, entre SEED/SETI, instituições públicas de ensino superior, professores e lideranças indígenas, logo após a aprovação do Plano.

- apresentação do contexto
- estrutura da CEEI

- organização social/ questão fundiária
- matriz curricular/ currículo
- política lingüística/ revitalização cultural
- não existe índio genérico → revisionismo historiográfico
- consulta ao CEE em relação à legalidade
- calendário diferenciado
- NEI – déc. 90
- Ítem 4: inicial → nível médio na modalidade normal → para Educação Infantil. Para o Ensino Fundamental, a meta 16 contempla a formação em licenciatura
- estadualização (Portaria de 30/ago/2005) termo de parceria educacional e de cooperação técnica e financeira – solicitação da comunidade
- regulamentação da escola → formação (magistério)
- número de alunos da Educação Infantil, Ensino Médio e EJA/PAC: os alunos indígenas são discriminados na cidade → necessidade de implantação do EM na Terra Indígena
- organização social da comunidade X cidade
- sala de apoio: atendimento escolar e definição da política lingüística

Wagner:

- escola de contato x escola capitalista.
- meta 1: na continuidade do texto “a gestão escolar aconteça respeitando a etnia”.

Destaques apresentados por escrito:

Meta 1

Suprimir “ sob a coordenação geral do Ministério da Educação para assegurar a especificidade de nova proposta de educação intercultural e bilingue”.

Substituir de “até o ano de 2006”, para “a partir da aprovação deste Plano, no prazo de 1 ano”.

Wagner Roberto do Amaral – SEED/DEJA

Meta 2

Assegurar a autonomia das escolas indígenas em termos de projeto pedagógico, currículo, grade curricular e calendário escolar, voltadas às necessidades das comunidades indígenas, e utilização de recursos... até o final como está proposto (igual).

Ines Carnieletto – inescarniel@sulbbs.com

Proposta: após gestão escolar, inserir “respeitando as formas de organização própria de cada comunidade, cabendo à SEED a assessoria pedagógica e suporte técnico.”

Wagner Roberto do Amaral – SEED/DEJA

Meta 3

Nova redação.

Garantir a atuação dos profissionais indígenas bilingües e de pedagogos através de processos de formação continuada propiciada pelo Estado, de forma a atender as especificidades linguísticas e étnicas, bem como o acompanhamento pedagógico na escola, logo após a aprovação do Plano.

Raquel Marschner – indigenapr@yahoo.com.br

Inserir formação “continuada”.

Wagner Roberto do Amaral – SEED/DEJA

Meta 4

Formação continuada para professores que atuam em escolas indígenas e não indígenas onde tem alunos indígenas matriculados logo após a implantação do Plano.

Dulce.

Proposta: Garantir a habilitação inicial de professores indígenas, de forma a atender a Resolução CNE/CEB 003/99, em um período máximo de 7 anos, a partir da vigência deste Plano.

Wagner Roberto do Amaral – SEED/DEJA

Meta 5

Garantir a realização de concurso público para professores indígenas bilingües habilitados num período máximo de 3 anos.

Lúcia Gouvea Buratto – wlua@ibest.com.br

Junção das metas 5 e 13: Garantir a realização de concurso público para professores indígenas bilingües habilitados, auxiliares administrativos e serviços gerais nas escolas indígenas, respeitando suas especificidades étnicas e linguísticas.

Wagner Roberto do Amaral – SEED/DEJA

Meta 6

Implementar, gradativamente, no prazo de 10 anos a Educação Básica, nas escolas indígenas com calendário específico, ensino intercultural e bilingüe.

Iozodara Brando De George – iozodara@yahoo.com.br

Meta 8

Nova redação.

Garantir que nas aldeias indígenas haja escolas com condições adequadas para a preservação da cultura, com resgate da língua, costumes, arte e rituais indígenas, material didático específico e os equipamentos pedagógicos que atendam todos os níveis e modalidades ofertadas.

Ines Carnieletto – inescarniel@sulbbs.com

Meta 9

Sugestão: juntar 9+10+11

“Propiciar produção e publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados, elaborados pelo conjunto de professores das escolas indígenas, revendo os materiais didáticos referentes à cultura e história indígenas utilizadas em todas as escolas indígenas e da rede pública.

Ines Carnieletto – inescarniel@sulbbs.com

Proposta de complementação do texto: “considerando a política linguística definida pela comunidade indígena.”

Wagner Roberto do Amaral – SEED/DEJA

Meta 12

Implantar sala de apoio para alunos indígenas (desde que haja necessidade) com professores bilíngues de acordo com a etnia respeitando as diferenças de momentos e de tempos de inserção das crianças, jovens ou adultos na escolarização formal, conforme as características de cada grupo, logo após a aprovação do Plano.

Iozodara Branco De George – iozodara@yahoo.com.br

Meta 13

Contratar pessoas para cada função específica (auxiliar administrativo, serviços gerais e merendeiras) da própria comunidade, mediante concurso adequado as suas peculiaridades etno-culturais e linguísticas.

Sem identificação.

Meta: Nova

Garantir a Coordenação da Educação Escolar Indígena na estrutura da Secretaria de Estado de Educação do Paraná.

Wagner Roberto do Amaral – SEED/DEJA.

Financiamento da Educação

Destaques gerais:

Mário: Recomendação de caráter geral. Texto de financiamento precisa melhorar; não há referências à ES. Não esquecer de transportar para financiamento o que já está posto no capítulo do ES. Todas as metas dependem de recursos; deixá-las bem explícitas e objetivas.

Lemos: É preciso assegurar a reposição salarial e garantir a equiparação dos servidores da educação com os demais servidores do Estado. Assegurar o mínimo de 25% de investimento na EB; quando se tratar da ES, vincular a outro percentual.

Santa: Questão dos prazos conforme estão redigidos. Quando serão implementadas as metas? O texto de algumas metas estipula “a partir de 2006”... É preciso adequar a redação.

Marina: Especificar valor para a EB; garantir a universalização; sugere adotar critérios de progressividade para as metas, evitando caráter genérico.

Lenoar: Contemplado.

Destaques meta a meta:

Meta 1

Celso: Estabelecer uma cifra, um percentual de investimento e garanti-lo.

Marina: Referência ao custo-aluno diferenciado. Como estabelecê-lo?

Meta 2

Lemos: Propõe explicitar 25% para a EB e aumentar valor até chegar aos 30%. Quando a discussão atingir a ES, ajustar previsão de gastos.

Dilce: Acrescentar “aumentar gradativamente de 25% até 30%”, conforme planejamento de investimentos.

Meta 4

Idemir: Substituir capacitação por aperfeiçoamento; trocar EI por EB.

Mesa: Parece-nos que está acordado que as metas de formação vão para capítulo da EB. No financiamento cabe, não especificar metas gerais, mas, garantir recursos para a sua execução.

Lenoar: Não consta para quem é; para qual Rede. Garantir os recursos para a Rede Estadual e propor investimentos para as demais.

Meta 5

Celso: Estabelecer critérios e assegurá-los. Falta parâmetro.

Marlei: Não pode haver piso para a EI; existe um PC de acordo com a graduação. Deve-se instituir piso para a EB.

Lemos: Acrescentar piso para a EB no Estado do Paraná.

Idemir: Contemplado.

Meta 9

Dilce: Propõe que se universalize a EB.

Marina: Concorde; sugere incluir progressividade.

Valéria: Propõe rearticular metas de universalização, considerando as realidades diferentes do EF (quase universalizado) e do EM (cuja taxa de escolarização líquida é muito baixa). Atentar, também, para as fontes de recursos: atualmente o EM está praticamente dependente de recursos externos, realidade que deve sofrer alteração com a aprovação do FUNDEB.

Maria José: Ampliar para EM; rever redação.

Meta 11

Jefferson: Adicionar “agroecológicos” no que se refere à merenda.

Marlei: A implementação da merenda para a EB é urgente. Sugestão de prazo: “a partir da vigência do PEE”.

Meta 12

Dativa: Esclarecimento. O que quer dizer “adequações necessárias”?

Marlei: A escola é a mesma; não importa o turno.

Mesa: Concorde com Marlei e lembra que no II Seminário de Consolidação este assunto foi discutido. Trata-se de meta adaptada a partir dos Cadernos da APP-Sindicato, pelo coletivo do II Seminário Integrador. Cabe ao capítulo inicial, definir os princípios para a EB, considerando as diferenças (e elas existem, embora a escola seja a mesma) entre ensino diurno e noturno.

Nota: Nesse ponto da discussão, interromperam-se os trabalhos para a apresentação de Carlos Roberto Sotomayor Valiente (SEED/GPS/CHEFIA), que trouxe aos presentes dados e interpretações acerca do tema financiamento da educação. Os dados apresentados encontram-se no final desta seção do Relatório, após o item “Destaques apresentados por escrito”.

Meta 13

Mário: Ausente.

Dativa: Onde diz SEED, acrescentar SETI. Solicitar à SETI que inclua dados mais detalhados sobre o sistema estadual de ES.

Meta 14

Marina: Rever, pois o mérito já está contemplado em vários locais do PEE; remeter para item formação.

Meta 15

Marlei: Meta mais arrojada. Alcançar a universalização do EM em 10 anos. Lembra que o Médio tem índices muito baixos de atendimento e de escolarização líquida. Rearticular, separando, EF e EF, quanto à universalização.

Plenária: Pede esclarecimento. O que é escolarização líquida?

Mesa: Valéria. Esclarece. Trata-se do índice de alunos que frequentam os cursos de EM na idade correta, ou seja, estendendo para a EB, é o índice de matriculados nas diferentes séries, que estão nas faixas etárias correspondentes a

estas séries. A média de escolarização líquida nacional do EM é cerca de 30%; o Paraná, embora possua índices um pouco superiores à media nacional, não atingiu os 35%, segundo dados dos dois últimos anos.

Marina: Confirma informação.

Meta 16

Mário: Especificar as necessidades especiais e contemplar, também, no capítulo da EE.

Dativa: Adequar redação.

Meta 17

Mário: Redação confusa; penso que deve-se ir na direção do controle social dos investimentos.

Marlei: Redação; o que é “controle social administrativo”?

Meta 19

Dilce: Faltou o laboratório; é preciso incluí-lo.

Marina: Esta meta já aparece em outros lugares. É preciso jogar no geral, porém especificar o que se refere ao EM. Garantir as reposições dos laboratórios. Estabelecer uma progressividade para a aquisição.

Meta 20

Marlei: Não dá para definir todas as formas de capacitação. É preciso definir os recursos. Não fechar em torno de 1/3 da categoria, uma vez que se pode avançar mais.

Mário: Ausente.

Lenoar: A questão é quando se fala em cursos de capacitação e formação, deve-se acrescentar se serão descentralizados ou regionalizados, ou seja, incluir na meta a forma como se pretende realizar os cursos.

Meta 21

Marlei: Investir em projetos de interesse da coletividade. A que materiais se refere? Qual é a concepção? Encaminhará sugestões sistematizadas.

Marina: Não acha necessário constar programas que já estão sendo executados; acrescentar o respeito ao coletivo dos profissionais e às decisões colegiadas. Vai encaminhar sugestão de redação.

Meta 22

Dativa: Ausente.

Meta 23

Jefferson: Ausente.

Marina: Estabelecer prioridades com relação ao transporte. A progressividade deve ser a orientação dessa meta.

Meta 24

Marlei: Tema já discutido na EE. Convênios e outras formas de participação que partam da iniciativa pública e contem com o controle público. Falar em regime de colaboração, não em parcerias.

Marina: Na linha do que foi colocado por Marlei em relação aos convênios e parcerias, cabe o destaque para que, não só a EE necessita de profissionais especializados. Estender a meta para a EB, considerando o que for financeiramente possível.

Meta 25

Mário: Ausente.

Marlei: Tomar cuidado com a expressão “fomento”. Estender para todos os trabalhadores em educação. Não especificar projetos.

Meta 26

Lenoar: Quem poderá fornecer capacitação às APMFs. Em qual esfera se dá a formação desses integrantes? Em um ano? O prazo é viável?

Tais: Formação deve se estender ao CE e ao Grêmio Estudantil. Estabelecer tempo gradativo para a implementação. Um ano é inviável.

Marlei: A intenção da meta é interessante. No início das discussões já falamos sobre a APMF. Talvez fosse importante colocar em pauta o CE. O CE (que contempla todos os segmentos da escola) pode, inclusive, ajudar em que as APMFs compreendam e avaliem melhor o papel que tem se atribuído à elas.

Meta 28

Marina: Alterar os prazos estabelecidos na meta. Estabelecer progressão.

Meta 30

Marina: Esclarecimento. O que são os “projetos sociais desportivos”?

Marlei: E a garantia de recursos? Quais são as fontes? Definir projetos e estendê-los para todos os trabalhadores em educação.

Lenoar: Unir metas 30 e 31. Concorda com Marlei.

Meta 31

Denise: Contemplada.

Dativa: Esclarecimento. De que fontes se trata? O que a meta quer objetivamente?

Marina: Mesma dúvida de Dativa. É preciso ser específico.

Meta 32

Marlei: Mais que necessária esta meta. Para a sua efetivação requer-se a alteração da Resolução que trata do porte das escolas. Vai encaminhar sugestão de redação.

Outros destaques:

Yvelise: Informes à plenária. Sobre planos estaduais: a maioria dos Estados não os têm: há sete Estados que já aprovaram seus planos. Sobre FUNDEB: MEC confirma que não será aprovado este ano. Continuam, portanto, valendo as regras do FUNDEF. Há uma verba do PRODEB porém, além de pouco significativa, ainda não foi liberada. Há um forte movimento liderado pela UNDIME, buscando mais recursos para o EF e para a EI.

Marlei: Lembra de indicativo da plenária (ao longo da fala de Carlos Roberto Sotomayor Valiente, o Carlito), originalmente proposto por Isolde e encaminhado pela Mesa. Necessidade de estudo detalhado e realização de audiências públicas sobre orçamento e que, no mínimo, o governo não reduza os investimentos em educação para o próximo ano.

Mesa: Sistematizando e informando aos membros da plenária que não estavam presentes na apresentação de Carlito. Foi sugerida por Isolde a organização conjunta por parte das entidades presentes uma série de audiências públicas para discutir financiamento da educação, no âmbito da Assembléia Legislativa. Foi sugerido, também, por vários membros da plenária, que a Mesa encaminhasse pedido à SEED (que, por sua vez, enviaria pedido, pelos trâmites cabíveis, aos setores competentes do Poder Público) de não redução do orçamento da educação para 2006.

Neide: Meta 16. Substituir “proporcionar” por “garantir”. Incluir mais uma meta. Vai sugestão de redação.

Maria Angela: Meta 16. Direcionada para EB. Rever redação: é muito geral. Meta 24: Sobre profissionais: Substituir “as escolas” para “aos alunos” e acrescentar fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional. Meta 27: Acrescentar aos Centros de Atendimento Pedagógicos e atendimento aos deficientes visuais.

Valtenor: Falta definição de impacto orçamentário. Definir percentuais. Assegurar efetiva aplicação de valores estabelecidos por lei e garantir avanços sugeridos pelas audiências públicas do PEE. Meta 21: muitos projetos são chamados “parcerias”: muitos vêm, inclusive, na direção contrária aos princípios adotados pela Secretaria. As proposições devem estar vinculados aos PPPs das escolas.

Esclarecimento:

Mesa: Valéria: levanta ponto anotado para esclarecimento: questão da definição dos valores custo-aluno e custo-aluno-qualidade. Passa a palavra à plenária.

Marlei: Esses valores estão postos no FUNDEF, que discrimina os valores mínimos.

Siloé: É necessário estabelecer esses valores, de forma diferenciada. É mais um passo para a conquista da qualidade de ensino.

Carlito: Lembra a complexidade para estabelecer esse valor. Costuma-se ter cálculos sob a ótica da despesa. Pergunta à Tais, como evoluíram os trabalhos de grupo que estudava a questão.

Tais: Explica que havia alguns profissionais, ligados à núcleos de discussão de financiamento e políticas públicas e ao INEP, que iniciaram estudo nesse sentido, a propósito das discussões do FUNDEB. Nos Colóquios sobre financiamento, o

tema também foi colocado. Tais informa que há dados disponíveis na internet a respeito.

Novos destaques:

Dione: Sobre estruturação de eventos especiais que precisam de estrutura privada, como os jogos escolares (metas 30 e 31). Prever e estabelecer condições para que os jogos se efetivem.

Rosane: Metas 16 e 24: Especificar o atendimento especial e a fonte desses recursos. Importância da articulação com as Secretarias de Saúde (estaduais e municipais) para que se efetivem as metas relacionadas à EE.

Destaques apresentados por escrito:

Meta 11

Inclusiva.

Adicionar após “merenda escolar” as palavras “agroecológica no que se refere aos perecíveis”.

Jefferson de Oliveira Salles – bichocarpinteiro@bol.com.br

Meta 16 :

Sugestões.

Garantir o atendimento adequado aos alunos com necessidades educativas especiais, assegurando recursos orçamentários, a partir da vigência deste Plano, no prazo máximo de 2 anos e infra-estrutura adequada às escolas da Rede Pública Estadual.

Neide Aparecida da Silva Sigora — nsigora@seed.pr.gov.br

Proporcionar o atendimento adequado com os apoios necessários: professor especializado, materiais adaptados, adequação de tempo, espaço aos alunos a NEE da Rede Pública.

Maria Angela Bassam Sierra mabs4.6@wnet.com.br eap_maringe@pr.gov.br

Proporcionar o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais no Sistema Público de ensino assegurando: rede de apoio (sala de recursos, classes especiais, professor especializado, materiais adequados, flexibilidade de tempo, adaptação de espaço físico, centros de atendimento especializado.

Sônia Maria Abrão/ Rosane Favoreto – soniamaria@pr.gov.br

Meta 19

a) os espaços devem ser precisados levando em consideração o aluno do Ensino Médio (laboratórios, quadras poliesportivas cobertas, etc.);

b) Ao adquirir acervo, deve-se levar em conta a especificidade do Ensino Médio que requer maior aprofundamento e capacidade de síntese e reflexão muito maior que o E.F., daí a necessidade de se especificar o acervo para o E.M.: dicionários (de língua portuguesa, etimológica na L.P., de símbolos, de verbos, de filosofia, de

sociologia, temáticos, etc.), gramática de L.P. e (...) livros específicos para atender o E.M. (Física, Filosofia, Sociologia, Química, Biologia, etc...)

d) acrescentar verba para reposição nos laboratórios, bibliotecas e escolas.

Marina de Lurdes Machado – marinalu@pr.gov.br

Acrescentar a letra D, com a seguinte redação:

D) Para a prática das aulas de educação física, com qualidade e imprescindível que haja:

- Quadra poliesportiva, preferencialmente coberta, devidamente demarcada com linhas das modalidades a serem trabalhadas;
- Bolas das modalidades a serem trabalhadas na proporção de 1 para cada 2 alunos, colchonete individuais, adquirindo-se o mínimo de 25 unidades; 15 cones de 50 cm, redes das modalidades a serem trabalhadas;
- Bibliografia específica da disciplina, contando com referencial inicial de 20 unidades, sobre assuntos e temas diversificados relativos à educação física.
- DVDs e CDs para apoio pedagógico partindo da aquisição mínima de 10 unidades sobre temas variados, pertinentes à educação física, com reposição anual de mais 10 unidades.
- Sala ambiente equipada com espelhos e barras para a prática de atividades como: ginástica, dança, atividades expressivas (teatro, mímica, etc.).

Ampliar os itens contemplados especificando melhor cada necessidade para o Ensino Médio.

Nova redação para os itens **a**, **b**, **c**. Inclusão itens **d** e **e**:

“a) salas de aula; laboratórios de informática e de Biologia, Física e Química; salas ambientes para todas as disciplinas curriculares, atendendo suas especificidades; b) salas adequadas para as atividades administrativas, operacionais e pedagógicas (direção, secretaria, biblioteca, cozinha, cantina, supervisão escolar, orientação escolar, almoxarifado, dispensa para merenda, auditório, sala de reuniões, e outros espaços);

c) quadra poli-esportiva com piso adequado, preferencialmente coberta e com toda a instalação de suporte (vestiários, bebedouros, etc.)

d) material didático-pedagógico (desportivo, bibliográfico, audiovisual, laboratorial, de informática e outros), necessários ao cumprimento do Projeto Político Pedagógico em quantidade proporcional ao número de alunos matriculados em cada nível e modalidade de ensino ofertados pelo estabelecimento, observando-se todas as especificidades das disciplinas ofertadas;

e) computadores conectados em rede e à internet, com impressoras, na proporção de um conjunto para cada dois alunos.

Denise, Cristiane e Maria José – DEM – Fone: 3340-1714.

Ampliar redação, incluindo “para todas as modalidades de ensino e atendendo as especificidades de cada disciplina de tradição curricular” (item a) para o Ensino Médio.

(Sem identificação)

Referência item c, mudar de 80 para 40; creio que ficaria uma proporção um pouco mais correta e seria um ótimo investimento.
Pedro Bodnarczuk

Meta 23

Altera texto.

- Adicionar a palavra “gratuito” após “transporte escolar”.
- Excluir “que comprovadamente necessitem e incluir “progressivamente até atender a demanda”.

Jefferson de O. Salles – bichocarpinteiro@bol.com.br

Propõe-se rever a meta estabelecendo prioridades: (alunos do campo, indígena, alunos que não tenham escola próxima à sua residência, etc.) além dos que necessitem do ponto de vista financeiro.

Marina de Lurdes Machado – marinalu@pr.gov.br

Meta 24

Estabelecer... com a área da saúde, assistência social nas esferas federal, municipal e estadual... às escolas de Educação Especial e à alunos da Educação Especial de... , fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional.

Sônia Maria Abrão/ Rosane Favoreto – soniamaria@pr.gov.br

Maria Angela Bassam Sierra mabs4.6@wnet.com.br eap_maringe@pr.gov.br

Meta 27

Garantir ... escolas, Centros de Atendimento Pedagógico Especializado às pessoas com deficiência visual, Centrais de Produção Braille e aos outros programas da Educação Espacial e a aquisição... equipamentos.

Maria Angela Bassam Sierra mabs4.6@wnet.com.br eap_maringe@pr.gov.br

Meta: Inclusão.

Investir na continuidade de projetos já existentes na SEED, incentivando a elaboração de outros, além da criação de materiais didático-pedagógicos específicos para alunos da Educação Especial.

Neide Aparecida da Silva Sigora – nsigora@seed.pr.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – PARANÁ
GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL**

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO – ALGUNS NÚMEROS RELEVANTES (em R\$)

PIB PARANÁ

2003	99,00 bilhões	10%	9,90 bilhões
			7% 6,93 bilhões

Fonte: IPARDES, IBGE

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

2004	10,97 bilhões
------	---------------

RECEITA LÍQUIDA

2004	7,77 bilhões
------	--------------

DESPESA EDUCAÇÃO

2,10 bilhões	27,02%
2,33 bilhões	30,00%

Fonte: Balanço Geral do Estado - 2004

GASTO PÚBLICO COM EDUCAÇÃO COMO % DO PIB 1994 A 1999						
	1994	1995	1996	1997	1998	1999
BRASIL	3,9	3,9	3,8	3,8	4,2	4,3
REGIÃO NORTE	4,5	5,0	4,8	5,6	6,8	6,8
RONDÔNIA	3,7	4,0	4,5	5,3	5,7	6,3
ACRE	11,8	12,3	12,0	13,2	14,9	14,9
AMAZONAS	2,9	3,3	3,3	3,5	4,0	4,1
RORAIMA	11,3	11,9	11,6	17,0	17,3	16,6
PARÁ	4,4	4,8	5,1	5,7	7,6	6,9
AMAPÁ	6,3	5,8	5,0	7,9	9,2	10,3
TOCANTINS	10,8	14,1	9,6	10,4	12,2	13,8
NORTE (Geral)						0,0
REGIÃO NORDESTE	5,2	5,8	5,1	5,7	7,1	7,4
MARANHÃO	8,3	9,4	5,9	10,0	12,8	12,5
PIAUI	8,9	9,7	8,6	8,9	11,2	13,0
CEARÁ	5,5	5,7	4,8	5,5	6,8	7,1
RIO GRANDE DO NORTE	6,7	8,1	7,2	8,8	11,7	10,5
PARAÍBA	7,8	8,0	7,0	8,7	10,0	9,7
PERNAMBUCO	3,6	4,5	3,7	4,3	5,0	5,1
ALAGOAS	4,6	6,8	5,5	6,1	7,4	8,4
SERGIPE	5,8	7,0	6,4	6,0	7,0	8,0

BAHIA	4,2	4,4	4,4	4,2	5,5	6,
NORDESTE (Geral)	0,5		0,1			0,
REGIÃO SUDESTE	3,2	3,3	3,3	3,2	3,4	3,
MINAS GERAIS	4,0	5,0	4,6	4,4	4,7	4,
ESPÍRITO SANTO	4,8	3,7	3,3	3,2	4,6	4,
RIO DE JANEIRO	3,2	3,2	3,3	2,9	3,7	3,
SÃO PAULO	2,8	2,8	2,9	2,9	2,9	3,
REGIÃO SUL	3,4	3,4	3,4	3,1	3,5	3,
PARANÁ	3,8	3,8	3,8	3,7	4,2	4,
SANTA CATARINA	3,9	3,8	3,3	2,7	3,2	3,
RIO GRANDE DO SUL	3,0	2,9	3,2	2,7	3,1	3,
REGIÃO CENTRO-OESTE	4,3	4,6	5,2	4,6	5,1	5,
MATO GROSSO DO SUL	4,2	4,4	4,7	3,9	5,0	5,
MATO GROSSO	4,2	7,2	6,6	5,9	6,0	6,
GOIÁS	2,9	3,9	4,5	4,0	4,2	5,
DISTRITO FEDERAL	5,8	4,0	5,5	4,8	5,6	5,
NACIONAL	1,4		0,4			0,

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

Dados do PIB do IBGE/MP

Acompanhamento e Avaliação do PEE PR

Mesa: Valéria. Orienta a plenária sobre a diferença do debate sobre a avaliação do PEE PR em relação aos outros pontos do Plano. O tópico avaliação não apresenta metas e, sim, diretrizes e objetivos, todos voltados à definição de estratégias de avaliação e monitoramento das futuras implementações das proposições constantes no Plano.

Mesa: Convida Equipe da SEED/CEPE (Lice Helena Ferreira e Luzia de Fátima Gonçalves) para proceder leitura dos principais trechos da concepção de avaliação, postos no Documento 3 e, a seguir, leitura dos critérios da composição de comissão mista para realizar o trabalho de acompanhamento da implementação das metas do PEE PR, tal como foi sugerida pelos coletivos que participaram das diferentes etapas de construção do referido Documento.

Após leitura e breves considerações, deu-se início ao debate em regime de plenária.

Marlei: Preocupação com a institucionalização da Comissão; sugere adotar a política de avaliação em forma de conferências públicas periódicas.

Tais: Considera que, talvez, a questão importante não seja a Comissão mas, a viabilidade da proposta. Refletiu sobre a dificuldade de operacionalizar os trabalhos da comissão. Sugeriu, por fim, que se produzissem relatórios no âmbito da SEED, relatórios este que podem ser debatidos nas conferências. Entregou proposta por escrito.

Yvelise: As posições não são antagônicas, devem ser complementares. Relatou que tem participado de discussões e eventos acerca do desenvolvimento de Planos da mesma natureza do Plano Estadual de Educação e tem observado que se trata de um espaço interessante de debate. Contudo, nas três últimas rodadas de avaliação do PNE e dos PEEs, realizadas em Brasília, percebeu que há críticas à falta de dados que permitam balizar melhor a implementação das metas. Faltam canais de sistematização de dados e informações necessárias para se avaliar o andamento dos diversos Planos. É preciso ter mais fundamentos para avaliar a evolução do Plano e poder contar com informações consolidadas para medir os avanços ou, conforme o caso, o agravamento de problemas, e, também, para informar a sociedade. Ressalta, ainda, que no item 2, a redação está confusa; é preciso melhorá-la; deve-se rever, trabalhando mais com o que deve ser feito e não com o que não se quer.

Cristina: Contemplada.

Elair: Contemplada.

Sayonara: Considera que deve ser levado em conta como as prefeituras estão realizando os Planos Municipais e buscar uma articulação do trabalho. Pergunta o que as entidades presentes têm feito para colaborar com os municípios nesse sentido.

Mesa: Afirma que encaminhará discussão posteriormente sobre tema levantado por Sayonara.

Lenoar: Preocupa-se com o que pode acontecer com o Plano. Teme que tenha destino semelhante das políticas públicas em geral. Se não estiverem sendo cumpridas, o que se faz? Quem tem poder para determinar a execução? Independentemente de ser avaliado por conferências, comissão ou ambas, como

fica se uma das metas não for cumprida? Qual o poder da comissão e da conferência?

Mesa: Afirma que retornará questões de Lenoar à plenária.

Angela: Solicitou que se fosse lida novamente a proposta de composição da comissão. Chamou a atenção para o fato de que, na ES, não há uma organização corporativa/sindical que reúna todas as IEES. Tal realidade gera um problema, pois limita a participação dos integrantes da ES, interessados em participar da comissão. Questiona, então, que se não existe um sindicato único do ensino superior, como ficaria esta participação? Indagou se a proposta é somente uma comissão técnica. Se o for, a SEED daria conta de avaliar o PEE PR; caso seja política, acredita que as conferências são a melhor opção de avaliação pública da implementação do PEE PR.

Mesa: Remete à plenária as questões de Sayonara e de Lenoar.

Yvelise: Informou que muitas consultorias estão 'vendendo' pacotes prontos de Planos Municipais de Educação (alguns vem, inclusive, com programas de capacitação profissional já vinculados). A SEED tem trabalhado no sentido de orientar, dentro dos limites e competências de Estado e Municípios, os Secretários Municipais para que não cedam a este tipo de aquisição. Yvelise crê que também o Fórum e a APP podem realizar, dentro de seus âmbitos, trabalhos de formação a respeito. Yvelise também mencionou a participação da UNDIME no processo de acompanhamento e assessoramento das secretarias municipais que estão construindo seus Planos e as dificuldades financeiras, técnicas e operacionais que os municípios, principalmente os de menores arrecadações, têm tido para elaborar seus Planos.

Mesa: Valéria. Em nome da Coordenação do PEE PR, informa que a mesma tem atendido às solicitações dos secretários municipais. Valéria relatou que os pedidos vão desde a informações sobre documentos, textos técnicos e de fundamentação e leis que possam subsidiar a elaboração dos Planos Educacionais; pedidos de esclarecimento quanto as metodologias possíveis de serem adotadas para a elaboração dos Planos (a construção coletiva, entre elas); até dúvidas referentes ao regime de colaboração. Segundo Valéria, algumas dessas solicitações, que não puderam ser respondidas pela Coordenação, foram encaminhadas ao CEE.

Yvelise: Comenta que, infelizmente, há pessoas no próprio CEE ligadas às empresas que vendem Planos e outros pacotes educacionais prontos.

Ivone: Informou que o Núcleo Regional de Ivaiporã já está colaborando com os municípios da região no trabalho de elaboração dos planos municipais, mediante a adoção da metodologia da construção coletiva.

Destaques apresentados por escrito:

1º - Encaminhamento de relatório anual da SEED para as entidades que compõem a Comissão, para que realizem encontros de avaliação da implantação do Plano.

2º - Realização de Conferência Estadual de Educação para avaliação do Plano – bi-anual, com a participação das entidades e representações das escolas.

Tais Moura Tavares – taistavares@ufpr.br

Encaminhamentos finais:

Após o término das discussões referentes ao último item do *Documento 3 (Plano Estadual de Educação: Uma construção coletiva - Versão Preliminar)*, Avaliação e Acompanhamento do PEE PR, a mesa diretora dos trabalhos deu início à discussão das próximas etapas de elaboração do PEE PR.

Mesa: Valéria: Expôs a proposta da Coordenação Geral do PEE PR, em nome da Professora Marise Manoel, concentrada nos seguintes pontos: **1)** Composição de comissão representativa, a partir das entidades que participaram das discussões das três edições do Seminário de Consolidação: Audiência Pública. Tal Comissão se encarregaria de realizar, em conjunto com a Coordenação Geral, os trabalhos de sistematização das contribuições do III Seminário e, na sequência, da reorganização do Documento 3, frisando que este trabalho, de sistematização e reelaboração, deveria ser concluído até por volta do dia 15 de janeiro de 2006. Nesse ponto, Valéria lembrou que, o trabalho, deverá ser subsidiado por estudos técnicos de impacto financeiro e orçamentário, cuja primeira etapa já está em andamento, conforme explicou, Carlos Roberto Sotomayor Valiente, em sua fala realizada na manhã deste dia. **2)** Horizonte de planejamento: a Coordenação Geral, tensiona, concluir versão final do PEE PR, antes do final do primeiro semestre de 2006, quando o Documento deverá ser submetido à apreciação do Secretário de Estado da Educação e, então, seguirá para a Casa Civil.

Marlei: Posiciona-se em nome do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública. Afirma que o Fórum, que outrora havia decidido não participar dos trabalhos de elaboração do PEE PR, tem, agora, diante do avanço das últimas discussões, a disposição de integrar a Comissão. Porém, Marlei não crê que seja possível a conclusão dessa fase na data (15 de janeiro) proposta pela SEED. Sugeriu que a Equipe de Sistematização, organizasse, como já vem fazendo, o Relatório do III Seminário e que, num prazo curto, SEED, SETI e Fórum, se reunissem para acordar um cronograma de trabalho e, de posse dele, o divulgassem publicamente.

Tais: Concorde com Marlei e pede um esclarecimento à SEED. Segundo Tais, os encaminhamentos referentes à Lei do Sistema, discussão que havia sido assumida pela SEED, deveriam ser anteriores ou contemporâneos aos encaminhamentos do PEE. Segundo Tais, há muitos pontos em que o PEE esbarra na Lei do Sistema, o que ficou claro nos Seminários.

Mesa: Valéria. Lembra à Tais dos encaminhamentos sugeridos pela Professora Yvelise no dia anterior e pede que a Superintendente volte a esclarecer a plenária a respeito.

Yvelise: Informa que a minuta, que será a base para as discussões da Lei do Sistema estava quase concluída, quando se deu a mudança legal referente ao Ensino Fundamental de 9 anos. A SEED resolveu, então, retomar pontos da minuta, trabalho que já está quase pronto. Yvelise disse que, no máximo, em duas semanas, a minuta deve ser encaminhada às entidades que participarão das discussões.

Tais: Lembra que, embora Lei do Sistema e PEE sejam projetos distintos, a Lei antecede o Plano.

Yvelise: Concorde com Tais e afirma o propósito da SEED de levar as duas discussões em paralelo, porém, de forma integrada. Por fim, sugere que a próxima reunião, nos moldes das audiências públicas do PEE, seja sobre a Lei do Sistema.

Mesa: Valéria: Atendendo à solicitação da plenária (Professoras Gilse, Dilce e Cristina), menciona a sugestão, feita pela Superintendente e acolhida pela plenária, no I Seminário de Consolidação, da realização de uma Conferência Estadual de Educação. Valéria comentou sobre a importância de um evento como esse, porém ressaltou as dificuldades para organizá-lo e os limites financeiros para custeá-lo e, concluindo sua fala, destacou a importância do envolvimento da SETI e do Fórum nesta organização.

Yvelise: Ao se retirar da plenária, posto que tinha um compromisso já agendado, Yvelise disse não termos [referindo-se a SEED], ainda, uma previsão de data para a Conferência. Sugeriu o mês de abril.

Mesa: Faz um resumo breve dos encaminhamentos e pede a plenária que se manifeste a respeito.

Fórum (Falam em nome do Fórum: Marlei e Tais): Se diz satisfeito com as propostas encaminhadas. Aproveita espaço para falar sobre Sessão Solene em homenagem aos 15 anos da entidade, a realizar-se em 6/12 na Câmara Municipal de Curitiba. Após descrever a intenção da Solenidade, organizada pela Vereadora Professora Josete, o Fórum convidou a todos o presentes para participarem dela. (Seguiram-se algumas perguntas, de ordem mais pontual, da plenária, em relação às próximas etapas elaboração do PEE e em relação à aspectos organizacionais do III Seminário. A Mesa prestou os devidos esclarecimentos.)

Mesa: Valéria: Pede aos presentes que se manifestem, caso ainda haja, algo a esclarecer ou a sugerir. Mesa não recebe inscrições para intervenções finais.

Mesa: Valéria: Entendendo que o objetivo do Seminário foi atingido, faz breve fala de encerramento, ressaltando a riqueza dos debates, não isento de embates e contradições, e a opção da SEED em oportunizá-los. Finalizando, pede aos presentes que acessem a página do PEE PR no Portal Dia-a-dia Educação pois, assim que os relatórios do III Seminário forem concluídos lá serão publicados, assim como, as notícias referentes aos trabalhos de elaboração, do qual participarão SEED, SETI e Fórum, serão, oportunamente, atualizadas.

Após alguns comentários da plenária, ratificando a riqueza das discussões, a Mesa deu por encerrados os trabalhos.

